

"Estamos aqui pela humanidade!" Viva a Comuna de Paris de 1871!

*Paulo Barsotti***

"Os proletários da capital, em meio às fraquezas e às traições das classes governantes, compreenderam que era seu dever imperioso e direito absoluto tomar nas mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo, conquistando o poder".

Da Proclamação do Comitê Central da Guarda Nacional - 18 de março de 1871

Resumo:

Este artigo pretende trazer à memória os acontecimentos históricos que culminaram com a primeira conquista do poder pelos trabalhadores, o que implica, necessariamente, a reflexão de conceitos que nas últimas décadas foram varridos do horizonte social pela crítica liberal.

A história dos trabalhadores e em especial de seus movimentos revolucionários, como é bem sabido, está submetida em escala planetária à “conspiração do silêncio”. Fato exemplar desta ignorância histórica deliberada, seja pela “história oficial” ou, o que é mais grave, minimizado ou romantizado por facções do próprio movimento dos trabalhadores, é a Comuna de Paris de 1871. Um verdadeiro manto de obscurantismo cobre os acontecimentos da primeira revolução proletária da humanidade.

Comemorar os 130 anos da Comuna de Paris, é recolocar na pauta teórico-prática a perspectiva da revolução emancipadora do trabalho, idéia malbaratada e varrida do horizonte social nas últimas décadas, alimentada pelo fracasso das experiências estalinistas – a forma dominante do socialismo do século XX – e pela objetiva hegemonia liberal-burguesa. Se as revoluções sociais do século XX, anti-capitalistas e anti-imperialistas, mas de base social dominante dos expropriados do campo, obtiveram um êxito inicial de conquistas sociais, de negação do capitalismo e da propriedade privada, não

* Este artigo incorpora intervenções realizadas nas comemorações dos 130 anos da Comuna de Paris, em 2001 e 2002, e o artigo, revisto e ampliado, "O pesadelo do estado e do capital", publicado pela Revista *Brasil Revolucionário* n.29, em 2001.

** Membro da Coordenação do Espaço Marx-SP, professor da Fundação Getúlio Vargas-SP e da Fundação Santo André.

lograram contudo destruir o estado, nem superar a lógica do capital e a subordinação do trabalho. Ao contrário, acabaram por construir um monstruoso aparato estatal-partidário, com uma imensa burocracia tecnocrática, policial e militar que se constituiu em instrumento de dominação, controle e expropriação essencialmente política do trabalho e substituiu o mecanismo “racional, objetivo e invisível” do mercado de exploração econômica das sociedades capitalistas, criando formações societárias que nada têm a ver com socialismo e muito menos com comunismo. Forma social híbrida pós-capitalista que termina melancolicamente, mais pela avalanche de suas contradições internas, do que por combates travados nas barricadas, como na Comuna de Paris.

Diante deste fenomenal fracasso no século XX, a ideologia liberal se hegemoniza. Seja pela face rude do neoliberalismo ou pela face rosada do velho reformismo social-democrata, hoje travestido de “terceira via” ou “governança progressista”, proclama – cada uma a seu modo – a eternização do estado como mal necessário ou regulador social, e sacramenta a sociedade de mercado como forma definitiva da organização social. Decreta o fim do fazer social da história e da possibilidade da auto-construção humana, restando aos homens somente a reiteração animalesca da mesmice bobalizante promovida pela atual globalização do capital.

Retomar a história da Comuna de Paris de 1871 é repor a idéia da revolução, da possibilidade da auto-emancipação dos trabalhadores, da construção de uma “sociedade humana ou humanidade social” (Marx, 1973: 668) como alternativa à barbárie do capital e da sociedade de mercado, para o século XXI.

O II Império bonapartista e a Guerra Franco-Prussiana

A França que antecede os acontecimentos de 1871 é a França do II Império de Napoleão III, regime militar gestado após a derrota proletária nas jornadas de junho de 1848, no interior de uma crise de hegemonia burguesa e de profundo equilíbrio entre as classes sociais. Situação onde “o proletariado não estava ainda em condições de governar a França” e a burguesia “já não podia continuar governando-a” (Engels, 1975: 159), pelo menos em sua forma republicana e parlamentar, e que acaba encontrando seu desfecho em 2 de dezembro de 1851, no coup de tetê de Luis Bonaparte e na conseqüente implantação de sua farsa imperial. O regime bonapartista, verdadeiro “meio de escravidão do trabalho pelo capital” (Marx, 1975: 196), de máxima centralização e aperfeiçoamento do executivo, que se constitui na forma política clássica e específica da contra-revolução burguesa em curso, irá submeter os trabalhadores franceses durante quase duas décadas a forte controle e repressão. Nestas condições, a economia francesa, pela intervenção

direta do estado e favorecida pela expansão econômica internacional deste período, alcança relativo desenvolvimento e modernização capitalista, especialmente na indústria metalúrgica, na construção de estradas de ferro, obras públicas e na criação de um novo sistema bancário e de crédito. Neste processo crescem as especulações financeiras provocadoras da ruína de pequenos investidores e aceleradora da concentração de capital e o agravamento das condições de vida, de alimentação e habitação dos trabalhadores do campo e da cidade.

O II Império, apesar do que anunciava – o “Império é paz” – e da farsa dissimulada representada pelo imperador de “libertador das nações”, desenvolveu uma política guerreira, expansionista e, por isso mesmo, imperialista. Não houve um ano sequer sem que a França estivesse envolvida em projetos bélicos, que se estenderam por quase todos os continentes do planeta: campanhas na África e ocupação da Argélia (1852-1857), participação na Guerra da Criméia (1853-1856), ocupação da Itália (1858-60), intervenções na Síria (1860) e guerra civil mexicana (1861), e, finalmente, a invasão da Conchinchina (1861).

As aventuras napoleônicas que culminam com o fracasso do México, aliado aos efeitos internos causados pela crise econômica mundial iniciada em 1857, provoca na França, no início da década de 60, o crescimento da oposição. Não só os republicanos se fortalecem, como também setores que até então se constituíam na sua base social – frações burguesas afetadas pela situação econômica e o clero, o “exército negro” do imperador, que andava descontente com sua política na Itália – passam a questionar o regime bonapartista. Por outro lado, o movimento dos trabalhadores franceses, intermediários entre o artesanato sans-culotte e o operariado fabril, retoma a cena política – de onde fora varrido desde as jornadas de junho de 1848 – e se reorganiza. Renasce com uma rica diversidade e heterogeneidade ideológica: são neo-jacobinos, republicanos, partidários de Blanqui, de Marx e de Bakunin, que estimulam a prática e animam o debate ideológico. Em 1864, como parte das medidas liberalizantes do imperador, a antiga Lei Chapellier (1791), que impedia o direito de organização sindical e de greve, é suprimida e os trabalhadores franceses passam a participar dos encontros operários internacionais e ingressam na recém-criada Associação Internacional dos Trabalhadores. Mesmo as reformas adotadas por Napoleão III em resposta ao crescimento da oposição e que levou a se falar de “Império liberal” – ampliação dos direitos do Corpo Legislativo, troca de ministros, abrandamento do direito de reunião e nova lei de imprensa que restabelece o direito de interpretação (1868), eleições (1869) – não impedem a intensificação e o recrudescimento da luta de classes.

O assassinato do jornalista republicano Victor Noir, no início de 1870, pelo primo do imperador, o príncipe Pierre Bonaparte, eleva a temperatura e aguça as contradições da vida política francesa. A vitória em

maio de 1870 conseguida pelo imperador no plebiscito – artifício usual do bonapartismo – como referendun às suas medidas liberalizantes, não é obstáculo para as manifestações dos trabalhadores e o regime bonapartista parece voltar à sua fase pretoriana, reprimindo e aprisionando membros da seção francesa da Internacional e da Câmara Federal Operária.

Resta a Napoleão III lançar mão, mais uma vez, do velho expediente: a guerra externa e o apelo à unidade nacional como forma de conter a luta interna. O alvo é a Prússia de Bismarck que se industrializava, caminhava rapidamente para a unificação Alemanha, e se credenciara – após a vitória sobre o Império austro-húngaro (1865-1866) – a disputar a hegemonia continental. O “chanceler de ferro”, que não desconhecera a desorganização e a baixa estima do exército bonapartista após a aventura mexicana, inicia provocações diplomáticas em relação à sucessão espanhola¹ aceitas por Napoleão III que, em 19 de julho de 1870, declara guerra à Prússia. A este conflito Marx assim se referiu no Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana (julho de 1870): “O regime bonapartista, que até então só havia florescido em uma margem do Reno, encontrou a sua réplica na outra margem. De um tal estado de coisas, o que podia resultar senão a guerra?” (Marx, s/d: 54). A verdade é que a Europa era pequena demais para suportar dois bonapartismos.

A traição da república

A guerra se desenvolve em seis semanas: vitória francesa em Sarrebruck (1º de agosto), derrota em Wissembourg (3 de agosto), decretação do estado de sítio em Paris (7 de agosto), cerco e rendição de Napoleão III em Sedan (2 de setembro). A farsa do 18 Brumário de Luis Bonaparte termina na tragédia de Sedan, onde o imperador, 32 generais, um marechal, 96 mil homens, sendo que 14 mil feridos são feitos prisioneiros.

Em Paris, em 3 de setembro, a imperatriz e o Corpo Legislativo buscam entendimento para a formação de um novo governo, quando a população parisiense, tendo à frente os republicanos Gambetta e Jules Favre, tomam a Assembléia Legislativa e proclamam o fim do Império. No dia seguinte no Hotel de Ville – o Paço Municipal de Paris – como em 1848, a república é proclamada (4 de setembro) e imediatamente é formado um governo provisório com a missão de expulsar os prussianos do solo francês. De maioria conservadora, republicanos moderados e monarquistas, o novo

¹ Desde 1868, o trono da Espanha estava vago e as cortes espanholas o ofereceram a Leopoldo de Hohenzollern, primo afastado do Rei da Prússia. Napoleão III solicita ao Rei da Prússia que exerça pressões sobre o primo para que renuncie ao trono espanhol e o compromisso de que nunca mais haveria a possibilidade desta pretensão. O Rei da Prússia recusa-se a receber o embaixador francês e este episódio será utilizado por Bismarck como provocação ao Imperador francês.

governo nomeia para a presidência – com a missão de organizar a defesa da França – o general monarquista Trochu.

A vitória em Sedan deixara campo aberto para os prussianos marcharem para Paris. Para rechaçar o inimigo, armas são entregues ao povo francês e com isso a Guarda Nacional incorpora em seu contingente mais 350 mil homens. O ingresso voluntário de operários moradores dos distritos populares de Paris muda qualitativamente a composição da Guarda Nacional – originariamente formada pela burguesia moderada – que desempenhará papel decisivo nos desdobramentos históricos da França.

As massas populares se mobilizam para impedir que os prussianos penetrem na capital de sua recém-conquistada república e nos 20 distritos de Paris são organizados comitês de vigilância e defesa da cidade, denominado Comitê dos Vinte Distritos (22 de setembro). Com firmeza, mantinham-se os defensores de Paris dentro do anel formado pelas forças inimigas.

O orgulho francês de novo é ferido pela rendição do exército em Metz (27 de outubro), comandado pelo Marechal Bazaine. Esta é a capitulação definitiva do governo provisório burguês que planeja entregar a cidade e inicia negociações secretas de paz com os prussianos alemães, temeroso do proletariado armado de Paris.

Se a França estivera subordinada durante anos pela farsa de Luis Bonaparte, agora ela era reeditada pela simulação de defesa de Trochu. O general monarquista planejava operações militares destinadas ao fracasso, com o objetivo de permitir aos prussianos aniquilarem a Guarda Nacional. O governo de “defesa nacional” se tornara governo de “traição nacional” e a burguesia francesa perdia qualquer veicidade nacional e a capacidade de dirigir e defender a nação e a república.

A derrota de Metz e os rumores de armistício aumentam a indignação popular. Trabalhadores e um batalhão da Guarda Nacional comandado por Flourens ocupam a sede da municipalidade (31 de outubro) e aos gritos de “Viva a Comunal!” destituem o governo. Em pouco tempo os soldados de Trochu retomam o *Hotel de Ville*, aprisionam 60 amotinados e segue-se a repressão com a interdição de associações, supressão de jornais e a condenação de Flourens e Blanqui.

Dois dias depois do início do bombardeio de Paris (5 de janeiro de 1871), o Comitê Central Distrital de Paris proclama num *affiche rouge*: “A praça ao povo, a praça à Comuna”. À esta manifestação – que expressa o crescimento da consciência e sentimento comunal – a burguesia francesa, temerosa diante dos trabalhadores em armas e a poucos dias de seu escuso armistício com os prussianos, expressando suas tradições mais reacionárias, responde no jornal *Le Figaro* (13 de janeiro): “Adiante contra os prussianos, mas contra os comunardos também” (Willard, 2002: 15).

O armistício preliminar é assinado em Versalhes (28 de janeiro) com condições humilhantes: a França pagaria uma indenização de guerra, cederia os territórios de Alsácia e Lorena, as tropas prussianas ocupariam os fortes do leste de Paris, seriam convocadas eleições para uma nova Assembléia e o governo de “defesa nacional” teria que renunciar. Contudo, a Guarda Nacional não será desarmada, conservando seus canhões em Montmartre. A população de Paris recebe os prussianos em 1º de março desfraldando bandeiras pretas.

As eleições são realizadas em oito dias nas condições de uma nação saída de uma guerra. Paris elege seus lutadores e defensores da república, mas a França rural impõe uma maioria conservadora. Marx, a respeito desta maioria dirá: “para sancionar a paz imposta por Bismarck, os piores homens da França eram os melhores” (*Ibidem*: 186). O “partido da ordem” estava feito, e sua primeira tarefa será desarmar os trabalhadores da capital.

A Assembléia dos “rurais” se reúne em Bordeaux. Thiers assume o executivo, forma o ministério, instala-se em Versalhes e decide “pacificar” Paris. As primeiras medidas da contra-revolução soam a Paris como uma declaração de guerra: fim do congelamento das dívidas e dos aluguéis em atraso e supressão do soldo da Guarda Nacional. O contingente do “partido da revolução” agrega, assim, a pequena-burguesia – à beira da falência – e os ameaçados pelo despejo.

Thiers apressa a ofensiva a Paris: aprova na Assembléia o desarmamento da Guarda Nacional e o governo mobiliza suas tropas. Na madrugada de 17 para 18 de março, as tropas governamentais marcham furtivamente em direção às colinas de Montmartre na região norte de Paris, com o objetivo de apoderar-se dos canhões da Guarda Nacional. O destacamento que guardava os canhões é rapidamente dominado pelos versalheses. O acontecimento não passa despercebido pela população e a notícia se espalha por toda cidade. Nos acessos a Montmartre juntam-se operários, guardas nacionais, tendo à frente – posição que ocuparão até o fim da Comuna – um grande número de mulheres. Todos se dirigem para o forte e cercam os soldados, que recusam a ordem do General Lecomte de abrir fogo sobre a multidão. Não há combate e sim confraternização geral entre os soldados, a Guarda Nacional e a população aos gritos de “Viva a república!”.

Durante todo o dia o movimento cresce, a Guarda Nacional ocupa posições por toda a cidade e, às 3 horas da tarde, batalhões desfilam diante do *Hotel de Ville*. A Thiers só resta ordenar a retirada do exército regular para Versalhes.

O duplo poder está explícito: em Paris a revolução operária, em Versalhes a contra-revolução burguesa. Na noite de 18 março, a bandeira

da igualdade, a bandeira vermelha, tremula no *Hotel de Ville*, saudando a primeira revolução proletária da história. Pela primeira vez era derrubado o poder burguês.

O poder comunal

Nos seus 72 dias de efêmera e rica existência, a Comuna somente pode ensaiar o que seria o “governo dos produtores pelos produtores” e revelar o seu segredo: “forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação do trabalho” e verdadeira “alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apóia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe” (*Idem*: 197-199).

Forma não repressiva, a Comuna em seu primeiro ato suprime o aparato militar estatal substituindo o exército permanente pelo povo armado, suprime o serviço militar obrigatório e retira da polícia qualquer atribuição de política.

Ágil e flexível, quebra a monstruosa máquina burocrática e parlamentar herdada, estruturando-se como organismo de trabalho, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Todos os seus membros e funcionários eram eleitos por sufrágio universal, com mandatos revogáveis a qualquer tempo e seus salários equivalentes aos dos operários. Ordenada e estruturada em três níveis – comissões dos distritos municipais (horizontal), comissões especializadas em ministérios (vertical) e uma comissão executiva (central) – o regime comunal iniciaria assim um processo de desestatização e despolitização da sociedade e permitiria que fosse assim “devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo estado parasitário, que se nutre às custas da sociedade e freia seu livre movimento” (*Idem*: 199).

Aniquilando com estas medidas os mecanismos puramente repressivos do aparato estatal situado acima e independente da sociedade, a Comuna conservou apenas as funções legítimas estruturadas e controladas segundo o regime comunal. Demolindo a base material e física do antigo governo, toda iniciativa e a administração pública está nas mãos do controle comunal. Esta dinâmica de destruição e criação é a originalidade da Comuna de Paris, uma experiência histórica de democracia direta e de cidadania ativa que torna impossível qualquer paralelo que se queira fazer – por mais que se “torça a mão” – com práticas recentes no Brasil de orçamento ou democracia participativa.

Na direção da destruição dos instrumentos de dominação ideológica e no espírito da tradição do movimento popular anti-clerical desde 1793, a Comuna decreta a separação entre a igreja e o estado, a supressão de subvenção de culto e a expropriação de todas as congregações. A religião ocuparia o seu devido lugar na vida social como assunto da esfera privada. A

educação se liberta de todas as ingerências da igreja e do estado, torna-se obrigatória e gratuita, e dá-se início ao ensino técnico com a criação de escolas profissionais. Desta forma, a ciência e também a arte “se redimiam dos entraves criados pelos preconceitos de classe e o poder do governo” (*Idem*. 197).

Outros decretos e medidas revelam o seu caráter social e de classe: suspensão do pagamento de alugueis em atraso, suspensão da venda de objetos empenhados e fim das casas de penhor, supressão das distinções entre filhos legítimos e naturais entre mulheres casadas e concubinas. A Comissão do Trabalho desenvolve experiências autogestionárias com a eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores e as Câmaras Sindicais organizam cooperativas nas fábricas abandonadas pelos seus proprietários durante a guerra.

O internacionalismo proletário é marcante: “a república mundial é a bandeira da Comuna”. A todos os estrangeiros que serviram a Comuna foi concedido o título de cidadão, quer fossem ou não naturalizados: o primeiro ministro do Trabalho da França é o húngaro Léo Frankel, os poloneses Dombrowski e Wroblewski assumem comandos militares, a russa Elisabeth Dimitrieff participa da União das Mulheres para a Defesa da França e numerosos “camisas vermelhas” de Garibaldi e outros estrangeiros formam legiões de combatentes. Contra o nacionalismo e o chauvinismo francês é demolida a Coluna de Vendôme, construída durante o I Império, símbolo e estímulo ao ódio entre nações.

A guerra civil e os erros da Comuna

O ato inaugural do Comitê Central da Guarda Nacional foi a convocação de eleições para a formação do poder municipal, aspiração da população parisiense durante os últimos anos. Nas eleições para o Conselho Geral da Comuna (26 de março) são eleitos 72 delegados, revolucionários e militantes de todos os matizes – 25 eram operários, sendo 13 filiados à Internacional. Constituído o poder comunal, é proclamada a Comuna em 28 de março.

A excessiva preocupação do Comitê Central com a institucionalização do poder conquistado pelas armas e o receio de iniciar a guerra civil será alvo de críticas entre os próprios comunardos. Por que não marchar para Versalhes no momento de desarticulação de suas forças militares e da surpresa causada pela iniciativa dos trabalhadores parisienses? Apesar de dispor de 100 mil homens e de armas, a Federação da Guarda Nacional não tinha plano e nem comando definido. Em nome da autonomia, não forneceu armas às comunas (Marselha, Lyon, Narbone, Saint-Etienne, Cresout, Toulon) que queriam marchar sobre Versalhes. Com isso, foram derrotadas, isolando Paris da província (Lissagaray, 1991: 167). Esta hesitação permitiu que Versalhes – que

negociava com os prussianos a liberação de suas tropas aprisionadas – se reorganizasse e partisse para o ataque. Apesar de surpresa, a Comissão Executiva – de maioria moderada – insiste na defesa da cidade e não pela ofensiva. A voz discordante é a de Duval que, por iniciativa própria, contando com Flourens, reúne 40 mil homens que partem rumo a Versalhes. Desarticulados e sem oficiais do estado-maior, executam manobras equivocadas e no meio do caminho, em Meudon a 3 de abril são flagorosamente derrotados pelos versalheses. Este episódio é sintomático e revelador das fragilidades do comando militar dos comunardos. Em carta a W. Liebknecht, de 6 de abril de 1871, Marx tece o seguinte comentário: “(...) Parece que a derrota dos parisienses se deveu à sua própria culpa, mas uma culpa provocada realmente por sua *bonnêteté* (honestidade), muito grande. O Comitê Central e, mais tarde, a Comuna permitiram a esse daninho aborto de Thiers o tempo de concentrar forças hostis, em primeiro lugar pela loucura de cuidar que não se desencadeasse a guerra civil, como se Thiers não a tivesse começado com a tentativa do desarme forçoso de Paris; como se a Assembléia Nacional, que só se encarregou de decidir a questão da paz ou da guerra com os prussianos, não houvesse declarado de imediato a guerra da República! (...) a fim de que não fossem acusados de haver usurpado o poder, perderam momentos preciosos (deviam ter avançado imediatamente sobre Versalhes depois da derrota – na Place Vendôme – da reação parisiense) com a eleição da Comuna cuja organização etc, custa muito tempo” (Marx, 1977: 391).

Nem mesmo após a declaração oficial de guerra de Thiers – que já tinha montado o seu exército com o auxílio dos 130 mil homens liberados pelos prussianos – a maioria do Comitê Central não perde suas veleidades democráticas e convoca eleições complementares em 16 de abril, ato que Jules Vallès no seu jornal *Le cri du peuple* analisa: “Neste momento de luta e de angústia, quando o povo está atrás das barricadas, não acreditamos que seja preciso chamá-lo às urnas. *Non se vota durante a batalha*” (Vallès, 1992: 31-32, grifos nossos).

Além de não marchar para Versalhes, os comunardos – perdidos em discussões intermináveis – cometeram outro grave erro: não se apropriaram das instituições financeiras francesas. Tiveram muito respeito diante da “fortuna da nação”. Seriam fortes demais as ressonâncias de 1789-93 na consciência da maioria do Comitê Central? Não só não se apropriaram do banco, como objetivamente permitiram a Versalhes o seu acesso. O comunardo e historiador da Comuna, Lissagaray, comenta criticamente o ato: “Todas as insurreições sérias começaram apropriando-se do nervo do inimigo: o cofre” (Lissagaray, 1991: 156).

A estas indecisões e moderação, Thiers responde com manobras e punho forte: bombardeio, corrupção, falso patriotismo, simulação de conciliação e isolamento de Paris. Com a paz definitiva selada com a Prússia em Frankfurt (18 de maio), Versalhes monta um exército de 170 mil homens,

que parte para o ataque final contra a Comuna, com a conivência e auxílio dos exércitos prussianos. Pela primeira vez na história “o exército vencedor e o vencido confraternizam na matança comum do proletariado”, a contra-revolução burguesa executa um concerto a quatro patas e inaugura a repressão internacional do capital sobre o trabalho: “todos os governos nacionais (burgueses) são um só contra o proletariado” (Marx, 1975: 215).

Após a queda do forte de Issy é criado o Comitê de Salvação Pública (1º de maio), início da derrocada da Comuna, onde os decretos socialistas são unanimemente aprovados. Rapidamente os versalheses ocupam a cidade na demonstração cabal de ausência de comando militar da Comuna. Resta aos comunardos a luta nas ruas. A semana heróica e sangrenta tem seu início. As mulheres, símbolo da Comuna, de presença constante desde a marcha de Montmartre, estão novamente à frente e até a última barricada das jornadas de maio na Rua Ramponneau. Todo o heroísmo e energia não contém a repressão e a fúria do exército versalhês que se transforma em verdadeiro pelotão de fuzilamento de 30 mil homens, mulheres e crianças que ousaram violar o monopólio da burguesia, dos “superiores naturais”. A repressão prossegue em Paris durante todo o mês de julho. Em agosto se iniciam os Conselhos de Guerra e em novembro instauram-se as execuções “legais” no Campo de Sartory e Marselhe: são 36.309 condenados, 93 penas de morte, 251 condenações a trabalhos forçados, 1.169 deportações em fortificações, 3.417 deportações simples (Argélia, Nova Caledônia), 1.247 reclusões, 3.113 penas de prisão.

O legado da Comuna

Pouco mais de um mês antes do início da Semana Sangrenta, Marx em carta a Kugelmann² chama a atenção do amigo para a extraordinária tentativa sem precedentes dos “heróicos camaradas do partido de Paris” que seria considerada em *A Guerra Civil na França*³ a principal lição da Comuna. Trata-se da necessidade das revoluções sociais proletárias de destruírem a máquina burocrática militar do estado burguês e não de a aperfeiçoarem e a aprimorarem, como é característico das revoluções políticas burguesas – até as mais generosas – que a mantêm como instrumento indispensável de dominação e escravidão do trabalho. Esta idéia é central no pensamento de

² Na carta de 12 de abril de 1871, Marx assim se dirige a Kugelmann: “Se você olhar o último capítulo do meu *18 Brumário*, poderá ver que digo que a próxima tentativa da revolução francesa não será como foi até agora, a transferência da máquina burocrática militar de uma mão para a outra, mas sim a de *destruí-la*, e isto é o essencial para a verdadeira revolução popular no continente.” (Marx, 2002: 5).

³ “Mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a apossar-se da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins” (Marx, 1975: 194).

Marx desde 1844⁴, que ganha maior consistência à luz da experiência vivida como combatente das Revoluções de 1848 e que, com a Comuna de Paris – em que pese seus resultados – passa pelo teste de realidade. A importância desta tese, segundo Lenin em *O estado e a revolução*, pode ser observada pela sua incorporação no Prefácio que Marx escreve com Engels à edição alemã (1872) do *Manifesto do Partido Comunista* e que Engels repete na edição inglesa de 1888, onde ela é reproduzida segundo a passagem da *A guerra civil*. E é justamente esta única alteração do texto de 1848, que o revolucionário russo, o oportunismo e reformismo ignoram, interpretando Marx como partidário de uma “evolução lenta em oposição à conquista do poder”. Lenin contesta esta “leitura” e afirma: “A idéia central de Marx é que a classe operária deve *quebrar*, destruir a ‘máquina do estado’, não se limitando dela apoderar-se” (Lenin, 1983: 46-47). Diante disto, como ficam as interpretações sempre freqüentes e caras aos liberais de todos os matizes, que identificam as experiências estalinistas e seu hiperatrofiado aparato estatal com o pensamento de Marx?

A humanidade não seria mais a mesma após estes 72 dias, nem para o trabalho nem para o capital. Os erros e os acertos vividos pela Comuna e pelas revoluções sociais do século XX não desqualificam a luta revolucionária pela emancipação do trabalho, pela emancipação humana. Diferentemente das revoluções burguesas, que se acomodam com os resultados obtidos, as revoluções proletárias são obrigadas a fazer sua “autocrítica constante, voltar ao que parecia estar resolvido”, para poder zombar “impiedosamente das hesitações, fraquezas e misérias de suas primeiras tentativas (...) até que finalmente se crie uma situação que impossibilite qualquer retrocesso” (Marx, 1979: 106-7).

A Comuna inaugura a iniciativa social dos trabalhadores, indica e decifra na pureza de suas contradições o enigma, os caminhos e descaminhos do processo da auto-emancipação do trabalho. Seu significado é a convocação à revolução, seu exemplo, a postura humana revolucionária. Foi “apenas um combate de vanguarda” que não teve tempo para “desenvolver suas idéias, nem suas legiões (...) mas que potente vanguarda que, durante mais de dois meses, manteve na expectativa as forças coligadas das classes governantes; que imortais soldados os que, nos mortais postos avançados, respondiam ao versalhês: Estamos aqui pela Humanidade!” (Lissagaray, 1991: 363).

BIBLIOGRAFIA

BARSOTTI, P., LERNER, F e ORSO, J, P. (orgs.). (2002). *A Comuna de Paris de 1871 – história e atualidade*. São Paulo, Ícone Editora.

⁴ A este respeito ver meu artigo “Marx, um estatista? A propósito da Comuna de Paris de 1871” (Barsotti, 2002: 168).

- ENGELS, F. (1975). Introdução de A guerra civil na França. In: *Marx e Engels*. São Paulo, Edições Sociais, Textos 1.
- LENIN, I. (1983). O estado e a revolução. São Paulo, Hucitec.
- LISSAGARAY, P-O. (1991). *História da Comuna de 1871*. São Paulo, Ensaio.
- MARX, K. (1973). "Tesis sobre Feuerbach". In: *La ideologia alemana*. Buenos Aires, Ediciones Pueblos Unidos.
- _____. (1975). A guerra civil na França. In: *Marx e Engels*, São Paulo, Edições Sociais, Textos 1.
- _____. (1977). "Carta a W. Liebknecht, de 6 de abril de 1871". In: *Marx e Engels*. Correspondencia. México, Edições de Cultura Popular.
- _____. (1979). O 18 brumário de Luis Bonaparte. In *Collect Works*, Londres, volume 11, Lawrence & Wishart.
- _____. (2002). "Carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871". In Barsotti et alli (orgs.). *Cadernos Espaço Marx*. São Paulo, Xamã.
- _____. (s/d). "Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana". In: Karl Marx & Friedrich Engels – *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, volume 2.
- VALLÈS, J. et alli. (1992). *Crônicas da comuna*. São Paulo, Ensaio.
- WILLARD, C. (2002). "Uma obra sempre no centro da atualidade". In: *A comuna de Paris de 1871 – História e atualidade*. São Paulo, Ícone Editora – Biblioteca Espaço Marx.